

Outubro na mira do revisionismo historiográfico

Marcio Lauria Monteiro

Originalmente publicado em duas partes no blog *Convergência*:

<http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=1972>

<http://blogconvergencia.org/blogconvergencia/?p=2013>

Parte 1

Escreve-se sobre a Revolução russa de outubro de 1917 praticamente desde seu primeiro momento. Paralelamente às milhares de páginas “amadoras” que surgiam acerca do que foi provavelmente um dos mais importantes eventos do século XX, na própria Rússia alguns historiadores de formação realizaram pesquisas, ainda no calor dos acontecimentos, acerca do evento que vivenciavam (como Mikhail Pokrovsky, ligado ao Partido Bolchevique). O regime, em meio à guerra civil, investiu na promoção de espaços de difusão, como periódicos científicos, para a produção então em curso de uma “História do Tempo Presente *avant la lettre*”, como apropriadamente a nomeou Ângelo Segrillo em seu conhecido balanço historiográfico, *Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens* [1].

Dessa forma, não tardou para que o meio acadêmico dos países centrais do capitalismo também começasse a produzir uma historiografia acerca da Revolução de Outubro. Nas décadas de 1930 e 1940 já havia um grande número de especialistas que se dedicavam a estudar temáticas ligadas à Revolução Russa, principalmente nos Estados Unidos, e logo se convencionou chamar de “soviologia” esse campo emergente, no qual abundavam historiadores.

Entretanto, se a vastidão de escritos “amadores” que estavam sendo então publicados apresentava um prisma rico em problemáticas e abordagens para se pensar tal processo, a produção dos historiadores ocidentais caminhou rapidamente para o que mais tarde o historiador Stephen Cohen, crítico da historiografia soviológica, nomeou de “consenso acadêmico”, que estabeleceu uma narrativa padrão e uma forma única e estanque de se pensar Outubro [2].

Os contornos que esses estudos soviológicos assumiram, no contexto do pós Segunda Guerra Mundial e do auge da Guerra Fria, foram o de uma clara hostilidade à experiência revolucionária soviética. Nesse contexto, os soviólogos estenderam uma condenação liberal ao Stalinismo à experiência soviética como um todo, traçando linhas de continuidade que apontavam este como uma decorrência lógica do Bolchevismo e da Revolução de Outubro.

Não foi por acaso que o debate sobre as origens do regime stalinista assumiu contornos que colocavam em seu centro a existência ou não de uma *continuidade*. Tendo surgido por volta dos anos 1940, principalmente no meio acadêmico dos Estados Unidos, a problemática da(s) continuidade(s) já havia atingido posição hegemônica entre acadêmicos norte-americanos e ganhado adeptos em outros países na década seguinte.

Essa mudança de foco da produção acadêmica acerca da Revolução Russa e da União Soviética se deu justamente, e não à toa, durante o período no qual a chamada “Guerra Fria” se faz mais intensa no sentido de uma disputa de projetos societários, levando as produções historiográficas de caráter acadêmico predominantes a ressoarem uma condenação política do projeto revolucionário bolchevique e daqueles que nele se inspiraram ao longo do século XX. As interpretações dos soviétólogos, portanto, eram fundamentalmente marcadas por uma hostilidade ao seu objeto de estudo.

Tendo atingido uma posição hegemônica nos anos 1950, tal consenso só se dissipou algumas décadas depois, com o advento de estudos baseados em paradigmas diferentes daqueles que o sustentavam. Para tal, foi necessária uma verdadeira batalha de posições por parte dos adeptos das diversificadas perspectivas auto-proclamadas “revisionistas”. Os historiadores com ela identificados apresentaram os métodos da História Social enquanto o caminho para uma revisão da historiografia soviétóloga e aos poucos angariaram aceitação nos meios acadêmicos, suplantando os paradigmas e a interpretação padrão daquela.

Entretanto, apesar de todo o esforço realizado por esses historiadores “revisionistas” ao longo das décadas de 1960 e 1970 para quebrar o consenso soviétólogo, a sua principal marca – o que Cohen chamou de “tese da continuidade” – retornou recentemente ao campo de estudos acerca da Revolução de Outubro sob nova roupagem, levemente distinta daquela dos soviétólogos e reivindicando-se crítica em relação a tal vertente.

Desde a queda do Muro de Berlin, alguns historiadores, principalmente ligados ao meio intelectual francês, tem buscado reinserir na historiografia uma forma de análise calcada na busca por continuidades fundamentais e que atue como sustentáculo para uma renovada hostilidade à Revolução de Outubro e às experiências revolucionárias em geral.

Esse esforço historiográfico recente integra um movimento mais abrangente, composto por intelectuais que vem cumprindo nas últimas décadas o papel de reforçar a ideologia (neo) liberal da superioridade do capitalismo e de condenação de todas as experiências e projetos antisistêmicos, atuando assim de forma essencialmente apologética ao analisar o passado.

Contrariando décadas de novas descobertas alicerçadas em pesquisas arquivísticas, estes retomam diversos pressupostos soviétólogos e realizam assim uma operação de revisão historiográfica ideologicamente orientada, devidamente merecedora da nomenclatura “revisionista” em seu sentido pejorativo [3].

Para compreendê-la corretamente, faz-se necessário não só o conhecimento do contexto neoliberal na qual a mesma surgiu, mas também as especificidades da historiografia produzida acerca da Revolução Russa e de seus principais momentos. Nesse primeira parte do artigo trataremos de um desses momentos centrais, para melhor situar o atual revisionismo hostil à Outubro.

A “tese da continuidade” soviétóloga

Esse consenso acadêmico em torno de uma narrativa padrão para a Revolução Russa, fonte da qual bebe o revisionismo neoliberal, tinha como base epistemológica o

paradigma totalitarista, já bastante difundido à época como um referencial para se analisar os regimes fascistas. Sua aplicação à União Soviética significou, portanto, uma equiparação entre regimes assentados sobre formações sociais extremamente díspares. Em termos bibliográficos, a referência principal para tal abordagem foi a filósofa Hannah Arendt, com obras como “A Origem do Totalitarismo” (1951).

Ainda que os revisionistas neoliberais não reivindicuem tal paradigma, é possível detectar sua influência entre alguns deles em uma série de aspectos. Ao comentar sobre o mesmo, o historiador português Manuel Loff resumiu a questão de seus significados conceitual e social apontando que este reduzia os grandes movimentos de massas e mudanças radicais a frutos de manipulações por parte de grupos subversivos maniqueístas autoproclamados de vanguardas. Dessa forma, deslegitimava a espontaneidade e representatividade destes, apresentando enquanto alternativa de mudança social processos de longo prazo, baseados na negociação e no consenso entre os grupos dominantes. [4]

Assim, mais do que um mero paradigma problemático do ponto de vista metodológico e teórico, a compreensão da realidade social centrada na categoria de “totalitarismo” estava diretamente vinculada a certa visão apologética da política, que colocava as democracias burguesas ditas ocidentais como o patamar mais elevado e correto do fazer político, contrapondo-se a projetos de transformação centrados na autonomia e agência das grandes massas.

A partir de tal referencial, historiadores como Richard Pipes e Robert Conquest teceram a “tese da continuidade” da qual fala Cohen, tese essa que alicerçou de forma quase que manualesca os trabalhos produzidos sob o paradigma totalitarista, gerando assim uma narrativa comum aos seus adeptos. Em dada ocasião, o historiador marxista Kevin Murphy sintetizou essa narrativa-padrão de forma caricatural, porém precisa:

[...] Essas análises começam tipicamente por avaliar o livro de Lenin, *Que Fazer?*, como um plano ditatorial embrionário, completamente elaborado muito antes da Revolução. Daí foi um pequeno passo à afirmação de que uma minoria conspiratória havia tomado o poder em 1917 através de um golpe de Estado, monopolizado o Estado para seus próprios fins e criado o partido-Estado totalitário. Através de disciplina férrea e terror brutal, os Bolcheviques triunfaram em seguida na guerra civil de 1918-1921, mas os vitoriosos exaustos foram forçados a recuar temporariamente durante o período da Nova Política Econômica (NEP, 1921-1928). Movida por um zelo ideológico, a tese conclui, a máquina totalitária então procedeu no sentido de pulverizar a sociedade. Coletivização imposta pelo Estado, imposição de uma industrialização acelerada e terror de massa são então vistos como elementos orgânicos em um processo inevitável guiado pela lógica totalitária inerente aos Bolcheviques. [5]

Analisando a tese da continuidade estabelecida pelos soviétólogos, Cohen os acusou de serem orientados por um “determinismo monocausal”, uma vez que reduziam os eventos da história soviética a consequências diretas das ações e desejos das lideranças do Partido Bolchevique, imputando, assim, um caráter de inevitabilidade à História. Por detrás desse determinismo, residiria um método analítico que avaliava “o passado nos termos do presente, os antecedentes nos termos dos resultados”, possuindo assim caráter verdadeiramente teleológico. [6]

Guiados pelo paradigma totalitarista, os soviétólogos entendiam a formação social soviética, em todos os seus aspectos, como um “monólito” do ponto de vista político e cultural. Consequentemente, estes tomavam a política formal da alta cúpula do Partido Bolchevique e do Estado como base para interpretar a história soviética como um todo.

Tais características marcaram as análises soviétólogas com uma perspectiva consideravelmente ahistórica, a partir da qual seus adeptos se tornaram incapazes de integrar a elas as diversas mudanças que marcaram o Partido Bolchevique e o regime soviético ao longo das primeiras décadas da nova formação social inaugurada pela revolução. Em síntese, para mais uma vez recorrermos às palavras de Cohen, “preconceitos cegos, rótulos, imagens, metáforas e teleologia assumiram o lugar de explicações reais” [7].

Frente a todos esses elementos problemáticos que constituíam as análises soviétólogas, foi necessário a intervenção de elementos externos ao debate acadêmico para que suas conclusões tenham se estabelecido por mais de duas décadas enquanto o consenso historiográfico do período.

O paradigma totalitarista e tese da continuidade, que combinados traçavam um perfil absolutamente negativo da União Soviética e do comunismo em geral só puderam se tornar hegemônicos entre os estudos acadêmicos graças à possibilidade de sua instrumentalização política, uma vez que serviam de sustentáculo à política externa dos governos norte-americanos que operaram segundo a lógica da “Guerra Fria”, bem como do discurso oficial anticomunista. Estes elementos conjunturais eram iconicamente expressos na ação de instituições como o “Comitê de Atividades Antiamericanas” (órgão da *House of Representatives*, uma das duas câmaras do Parlamento norte-americano) e em toda a histeria e perseguições públicas promovidos por políticos como o senador Joseph McCarthy ao longo da década de 1950.

Frente a esse contexto, a soviétologia tornou-se um campo de estudos extremamente importante para o *stablishment* norte-americano, que a alimentou com generosas verbas. Os soviétólogos obtiveram grandes financiamentos para suas pesquisas junto a diversas corporações capitalistas nas décadas de 1950 e 1960, dentre elas as Fundações Ford e Rockefeller [8], e agências governamentais como a Office of Strategic Services, a CIA, o Departamento de Estado ou organizações ligadas às mesmas [9].

Concomitante à promoção e ao financiamento de estudos marcadamente anti-soviéticos, aqueles acadêmicos que assumiam posições críticas e dissidentes frente ao consenso estabelecido (e imposto) corriam o risco de perseguições diretas ou indiretas, que podiam ir desde a exclusão de redes de favoritismo acadêmico até a demissão em momentos de “caça às bruxas”, chegando à prisão em casos extremos [10].

Essa interferência por parte de forças sociais objetivamente interessadas em uma oposição à (e mesmo na destruição da) União Soviética foi essencial para imprimir à soviétologia um forte matiz anticomunista e moldar um consenso acadêmico em torno de seu objeto de estudo. Não à toa, os soviétólogos ficaram conhecidos entre seus críticos como “*cold warriors*”, verdadeiros combatentes da Guerra Fria a serviço da política do governo norte-americano.

Apesar da hegemonia angariada pela escola totalitarista nos meios acadêmicos norte-americanos e da difusão que seus membros mais proeminentes obtiveram fora do país, influenciando profundamente os estudos historiográficos da época, cabe ressaltar que alguns especialistas conseguiram se destacar sem compartilhar desse consenso *made in USA*. Foi o caso, por exemplo, do historiador polonês erradicado na Inglaterra e marxista declarado, Isaac Deustcher e do britânico E. H. Carr.

O “revisonismo” crítico dos anos 1960-70

O domínio da escola totalitarista, apesar de prolongado, não passou incólume às mudanças conjunturais ocorridas em fins da década de 1950. Conforme aponta Cohen, a mudança nas relações diplomáticas entre o governo norte-americano e a União Soviética pós-Stalin, bem como os conflitos que marcaram o chamado “Bloco Socialista” (a ruptura sino-soviética e os diversos conflitos no Leste Europeu, marcadamente a Revolução Húngara de 1956), abalaram consideravelmente as certezas tecidas pelo “consenso acadêmico” soviétólogo. A esses elementos conjunturais podemos ainda adicionar o enorme abalo gerado no próprio movimento comunista internacional por conta do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, com a revelação do chamado “Relatório Khrushchev” (1956).

Em síntese, durante um mesmo período de tempo relativamente curto, vieram à tona para os observadores externos (ao menos àqueles dispostos a enxergar) a diversidade de projetos presentes no interior do que antes era considerado um monólito, enquanto o governo norte-americano alterava para tons menos hostis as suas relações diplomáticas com aquilo que a propaganda oficial – e os soviétólogos – até então veiculava como a verdadeira encarnação do mal.

Concomitante a essa alteração na conjuntura política da Guerra Fria, uma nova geração de acadêmicos iniciou seus trabalhos historiográficos, operando assim sob um contexto bem diferente daquele de seus antecessores soviétólogos. Esses novos especialistas tiveram ainda uma oportunidade antes inexistente para seus pares – a de participarem em programas de intercâmbio (criados em 1958) que lhes deram acesso a arquivos soviéticos.

Dessa leva de novos acadêmicos é que surgiu a escola auto-proclamada “revisonista”, que se caracterizou fundamentalmente pela empreitada de desconstrução do consenso previamente dominante e pela sua substituição por estudos mais sofisticados e diversificados. Foi nesse novo momento historiográfico que destacaram historiadores como Moshe Lewin, Ronald Suny, Marc Ferro, Alexander Rabinowitch e o aqui citado Stephen Cohen, dentro tantos outros.

A principal marca de seus escritos, em contraposição à escola totalitarista, foi a valorização de uma “história vista de baixo”, alicerçada em pesquisas arquivísticas. Pesquisas estas guiadas por uma compreensão não determinista, que por vezes se mostrou capaz de apreciar o devido lugar na História das possibilidades não realizadas, e que levava em conta a existência de múltiplas causalidades.

A principal contribuição do esforço “revisonista” foi ter refutado, desde pesquisas empiricamente alicerçadas, os principais pilares do consenso soviétólogo, que se

baseava largamente em especulações escoradas na dificuldade de acesso aos arquivos “oficiais” produzidos pelo Estado soviético.

A falta de acesso às fontes primárias ligadas a assuntos demográficos, econômicos, culturais e mesmo a questões do dia a dia (como atas de reuniões dos mais variados tipos de organismos coletivos, por exemplo) e ainda dos variados órgãos de segurança e inteligência do governo, deixava uma enorme margem para todo tipo de abstrações. Margem essa que foi largamente aproveitada pelos soviólogos e adeptos do consenso totalitarista em geral, que buscaram preencher as “lacunas” existentes com seu paradigma simplificador e extremamente apriorístico.

Na contramão da abordagem soviológica, os “revisionistas” contestaram a visão da formação social soviética enquanto monólito, fundamental ao conceito de “totalitarismo”, bem como a tese da continuidade, segundo a qual o regime stalinista seria o fim lógico do projeto bolchevique. A partir de seus estudos arquivísticos, tais historiadores apresentaram ao meio acadêmico interpretações alternativas e mais sofisticadas para se pensar o Stalinismo enquanto um fenômeno *histórico*, fruto de condições muito mais diversas do que pressupunha o determinismo monocausal predominante nos estudos soviólogos.

No lugar da narrativa padrão – segundo a qual uma linha reta partia da publicação de *Que Fazer?* e chegava aos *gulags*, fazendo um pequeno “desvio de percurso” durante o período na NEP, esses trabalhos trouxeram à tona a questão das *alternativas históricas*. Dessa forma, buscaram entender as diferentes causalidades por trás do surgimento do Stalinismo, incluindo aí quais outros projetos teriam fracassado ante a sua vitória, contestando assim a ideia de uma continuidade ininterrupta.

Seus trabalhos também incluíram a tentativa de compreensão das especificidades de cada um dos momentos que marcaram a Rússia revolucionária antes da década de trinta, buscando analisar a tomada do poder, o “comunismo de guerra” e a NEP a partir de suas próprias especificidades, ao invés de tentar encaixá-los em uma narrativa teleológica onde todo e qualquer evento fazia parte de um plano que teria no regime Stalinista sua concretização final.

Nesse sentido, as produções revisionistas, apesar de sua multiplicidade de conclusões e linhas de análise, tenderam a chegar a alguns pontos de convergência, criando assim seu próprio “consenso”, contraposto àquele da soviologia. Esses pontos foram sobretudo o reconhecimento de uma diferença fundamental entre Bolchevismo e Stalinismo, bem como entre os primeiros momentos da nascente formação social soviética e o regime que se consolidou em meados da década de 1930 – a refutação, portanto, da *tese da continuidade*.

Outros pontos importantes dessa convergência entre os revisionistas incluíam a refutação da Revolução Russa como sendo tão somente um golpe de Estado orquestrado por uma minoria de fanáticos, como costumavam defender os soviólogos, e a suposição (por vezes não tão embasada em análises de fontes) de que, no lugar de uma repressão brutal, haveria um considerável apoio popular ao regime stalinista.

Apesar de terem sido superados em alguns aspectos pela historiografia mais recente, algumas das contribuições fundamentais desses estudos revisionistas ancorados na

História Social se mantêm atuais e retêm sua importância para uma reflexão crítica. Especialmente ante o retorno da velha tese da continuidade, agora nos marcos do novo revisionismo neoliberal, do qual trataremos na segunda parte do presente artigo.

NOTAS

[1] SEGRILLO, Ângelo. “A historiografia da revolução russa: antigas e novas abordagens”. In: *Projeto História*, v. 41, dezembro de 2010, p. 63-92. Disponível em

<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6535/4734>. Acessado em 4 de março de 2013.

[2] COHEN, S. *Rethinking the soviet experience – Politics and History since 1917*. Oxford: Oxford University Press, 1985.

[3] Para uma breve introdução acerca dos usos e sentidos do termo “revisionismo”, recomendamos MELO, Demian Bezerra. “Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas”. *Marx e o Marxismo*, v. 1, n. 1, jul/dez de 2013, em especial pp.49-54.

[4] Cf. LOFF, Manuel. “Depois da Revolução?... Revisionismo histórico e anatemização da Revolução”. *História & Luta de Classes*, n. 12, setembro de 2011, pp. 8-9. Grifo do original.

[5] MURPHY, Kevin. *Revolution and Counterrevolution: Class Struggle in a Moscow Metal Factory*. Oxford: Berghahn Books, 2005, p. 2. Nossa tradução.

[6] Cf. COHEN, S. *Op. cit.*, pp. 43-44 e p. 52.

[7] Cf. *Id. ibid.*, p.6.

[8] Cf. *Id., ibid.*, pp. 3-4, 10 e 16.

[9] Cf. FONTANA, Josep. “As guerras da história”. In: *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, pp. 347-348.

[10] Cf. COHEN, S. *Op. cit.*, p. 18.

Parte 2

Na primeira parte deste artigo vimos a forma que a hostilidade historiográfica à Revolução de Outubro assumiu no contexto do pós Segunda Guerra. Apesar de todo o esforço realizado por historiadores sociais, que assumiram o epíteto de “revisionistas”, para remover a “tese da continuidade” do seio da historiografia da Revolução Russa, esta retornou recentemente a tal campo de estudos sob nova roupagem, levemente distinta daquela dos *cold warriors* e reivindicando-se crítica em relação a tal vertente. Mesmo este retorno se constituindo até o momento enquanto uma tendência marginal dentro do campo da historiografia pós-Muro de Berlim, se faz essencial uma análise crítica da mesma, para evitar um novo empobrecimento intelectual, com a retomada de explicações deterministas e teleológicas.

Furet e o revisionismo neoliberal

Os proponentes da nova tese da continuidade, apesar de condenarem formalmente o paradigma totalitarista utilizado pelos soviólogos, reproduzem muitos de seus aspectos. Ao mesmo tempo, os mesclam com outro referencial, uma vez que se inspiram nas análises realizadas por **François Furet** acerca da Revolução Francesa de 1789. Pode-se afirmar que os pesquisadores com elas identificados, em especial Claudio Ingerflom e Bruno Groppo, buscam transpor para o campo da soviologia alguns dos principais pressupostos teóricos formulados por Furet, mesmo que isso leve muitas vezes a análises contrafactuais e muito distantes do campo da História Social com o qual buscam certa proximidade em termos de credenciais historiográficas.

Furet foi um historiador bastante ativo no último quartel do século XX, tendo produzido diversos artigos acerca dos estudos da Revolução Francesa. Contou muito com a projeção midiática, que o aclamou enquanto “Rei do Bicentenário” ao longo das

efemérides de 1989. Seu foco principal era a tentativa de estabelecer uma alternativa analítica às interpretações historiográficas que ele nomeou de “jacobino-marxistas” (representada por historiadores como Albert Soboul e Henri Lefebvre). Basicamente, inspirando-se nos estudos produzidos por Alfred Coban na década de 1950, Furet produziu uma revisão historiográfica que tinha como objetivo central questionar a caracterização de 1789 enquanto uma “revolução burguesa”. Partindo de tal releitura da Revolução Francesa, Furet buscou desconstruir uma série de paradigmas teóricos e políticos que se consagraram no século XX e se tornaram essenciais para compreendê-lo, como o próprio conceito de “revolução”.

A síntese da proposta historiográfica de Furet foi publicada na coletânea “Pensando a Revolução Francesa” (*Penser la Révolution française*, 1978). Furet retomou autores como Alexis de Tocqueville, François Guizot e Augustin Cochin, apropriando-se de seus escritos de uma forma extremamente seletiva, com vistas a elaborar uma narrativa histórica que levasse à condenação da experiência revolucionária. Apesar de sua grande projeção midiática, o mesmo possuía pouco de novo a apresentar para a historiografia da Revolução, tendo se resumido principalmente a *reinterpretar* dados provenientes de trabalhos produzidos por historiadores que não compartilhavam de sua empreitada. Desta forma, suas propostas se concretizaram mais enquanto uma “denúncia política” do que uma revisão historiográfica embasada em pesquisa arquivística.

Na avaliação de Eric Hobsbawm, a elaboração intelectual de Furet e daqueles que a ele se juntaram era, acima de tudo, um “ajuste de contas” com seu passado marxista. Isso porque, após passarem pela luta antifascista na França, na qual os ideais Iluministas e Republicanos se fundiram e originaram uma identidade política radical de esquerda, assentada sob a “herança” de 1789, tais intelectuais almejavam substituir sua identidade pregressa por um liberalismo anticomunista, em um giro de 180 graus [1].

Em suma, ao rejeitarem a revolução enquanto um paradigma político da transformação radical, bem como enquanto uma categoria analítica para processos históricos, tais intelectuais se voltaram para a Revolução Francesa, a revolução por excelência, e buscaram desconstruí-la.

Mas essa empreitada não foi exclusiva do meio intelectual francês. Ela se insere em um movimento historiográfico mais amplo, criticamente nomeado de “revisionismo” – termo que aqui já assume um significado distinto daquele utilizado pelos historiadores sociais da Revolução Russa anteriormente mencionados, e que carrega um senso pejorativo, conforme largamente utilizado na tradição marxista.

Em um mesmo momento histórico, marcado pelas contrarrevoluções no Leste Europeu e pela queda do Muro de Berlim – portanto, pela ascensão do *projeto neoliberal* –, diferentes historiadores buscaram reinterpretar eventos marcantes do passado de seus respectivos países, compartilhando entre si um mesmo caráter apologético e referenciado no pensamento neoliberal do fim do século XX. Foi a partir dos embates que travaram com outros historiadores que receberam a nomenclatura de “revisionistas”, enquanto uma síntese dessas acusações. Sua principal característica é a compreensão da democracia burguesa enquanto o patamar mais elevado do fazer político, para além do qual (rupturas revolucionárias) não existiria senão catástrofe [2].

No caso de Furet, este utilizou o par conceitual *continuidade-ruptura* enquanto substituto para o conceito de “revolução burguesa”, que engendra o entendimento da Revolução Francesa enquanto uma radical mudança social, correspondente às necessidades objetivas da classe capitalista.

A partir das reflexões de Tocqueville, este encarava a Revolução Francesa enquanto um fenômeno assentado no princípio da *continuidade*, negando um caráter de revolução social e, portanto, de “ruptura radical”. No plano sócio-político, ela teria sido tão somente a *aceleração de processos* que já se faziam presentes sob a monarquia e que teriam sido plenamente realizados com o advento da República – entre os quais se destacariam, sobretudo, o desenvolvimento capitalista a partir do campo e a constituição de um modelo de poder administrativo centralizado (o chamado “Estado moderno”).

Ao mesmo tempo, esse princípio era complementado com a “concessão”, apropriada a partir de Cochin, de que de fato teria ocorrido uma mudança qualitativa (ruptura), mas que esta se limitava ao campo das *mentalidades*. Essa “concessão”, entretanto, equivalia a afirmar que a ruptura revolucionária não havia passado de uma *construção*, não tendo se dado na esfera das relações sociais – uma mera “ilusão da transformação”, ou “ideologia da ruptura radical com o passado”, criada pelos atores revolucionários e posteriormente reproduzida pelos historiadores com eles identificados de uma forma ou de outra [3].

Dessa forma, Furet negava a revolução enquanto fenômeno propulsor de transformações sociais, apresentando-a, na verdade, enquanto um feito desnecessário – já que sua “conquista” se limitaria a acelerar processos já em curso, porém de forma dolorosa via guerra civil. Frente a tais características apoloéticas, portanto, é mais do que adequado classificarmos tal revisionismo de *neoliberal*.

A nova tese (neoliberal) da continuidade

Partindo desse arcabouço e de aspectos do consenso acadêmico soviético (mesmo alguns já rejeitados de forma contundente pelas pesquisas das décadas de 1960-70), certos historiadores tem buscado realizar a mesma operação revisionista em relação à história da Revolução Russa. Uma boa fonte para se conhecer a empreitada dos revisionistas neoliberais que buscam reintroduzir a tese da continuidade no campo em questão é a coletânea “O século dos comunismos” (*Le Siècle des Communismes*, 2000, seguido de uma edição aumentada de 2004).

Le siècle reúne contribuições de diversos especialistas advindos de variadas áreas dos estudos sociais, como historiadores, antropólogos, sociólogos e politólogos – sendo a sua maioria pesquisadores franceses (ou alocados na França) e vinculados com o CNRS (*Centre Nationale de Recherche Scientifique* francês – órgão estatal de fomento à pesquisa das mais diversas áreas) e a instituições universitárias francesas. Abrangendo temas variados, a *Le siècle* se constitui enquanto uma obra heterogênea, o que significa que nem todos os pesquisadores reunidos em torno dela compartilham das análises inspiradas na produção de Furet acerca de Revolução Francesa (a coletânea inclui, por exemplo, textos de pesquisadores como Lynne Viola e Lewis Sigelbaum, identificados com os “revisionistas” críticos dos anos 1960 e mesmo um artigo do marxista Michael Löwy).

Os organizadores de tal obra alegam que ela representa um esforço de superação do quadro historiográfico francês, muito marcado pela obra coletiva organizada por Stéphane Courtois, “O livro negro do comunismo” (*Le livre noir du communisme*, 1997) e, por mais que possa parecer contraditório, pelo ensaio de François Furet, “O passado de uma ilusão” (*Le passe d’une illusion – Essai sur l’idée communiste au xx^e siècle*, 1995). Para eles, a historiografia influenciada por essas duas obras teria imprimido às produções historiográficas francesas uma abordagem marcadamente simplista, muito próxima daquela da soviétologia, contra a qual propõem uma abordagem multifacetada do fenômeno soviético em particular e das diversas experiências comunistas do século XX em geral [4].

Furet, entretanto, é largamente citado como referência nos textos presentes no capítulo acerca da Revolução Russa, organizado por Ingerflom (“Da Rússia à União Soviética”). Este e parte dos pesquisadores por ele reunidos nesse capítulo de *Le siècle* realizam uma transposição ao campo da historiografia da Revolução Russa e da União Soviética de alguns aspectos centrais que pautaram os trabalhos de Furet acerca da Revolução Francesa. Ingerflom chega mesmo a lamentar a contradição existente entre a forma como Furet encarou as Revoluções Francesa e Russa, buscando se diferenciar das que seguiram os caminhos elaborados por ele em relação à segunda e propondo um resgate de seu revisionismo “original” [5].

Ingerflom defende, tal qual Furet fizera em relação à Revolução Francesa, que a Revolução Russa não seria uma *ruptura* significativa com o passado, voltando-se contra a tese segundo a qual Outubro seria o marco fundador do regime soviético. Essa defesa é partilhada pelos demais revisionistas que buscam estabelecer uma nova hostilidade historiográfica à Outubro.

Para sustentar sua tese, Ingerflom busca traçar diversos pontos de continuidade em relação ao antes e depois da Revolução, sobrepondo-os em relevância aos pontos de ruptura, exatamente como Furet fizera em relação à Revolução Francesa. É seguindo essa lógica, e dando ênfase aos aspectos que poderíamos chamar de forma abrangente de “culturais”, que Ingerflom acaba por tecer uma versão renovada da *tese da continuidade*.

Enquanto os soviétólogos, adeptos da escola totalitarista, defendiam uma continuidade que apresentava o fenômeno stalinista como um resultado lógico e uma consequência direta do Bolchevismo, as análises dos revisionistas neoliberais vão mais longe no passado e tentam traçar tal continuidade a partir do Czarismo e do que encaram ser a “cultura política” russa. Ingerflom, por exemplo, atribui um papel central ao “terror” na sua análise do regime stalinista, compreendendo-o como “inerente ao projeto bolchevique e à cultura política russa”.

O mesmo busca justificar seu ponto de vista compartilhando o reconhecimento, comum a muitos historiadores, segundo o qual a revolução teria ocorrido “demasiado cedo”, em uma formação social na qual ainda predominavam reminiscências de relações de produção pré-capitalistas e de relações políticas não-modernas, carecendo assim de uma “sociedade burguesa” madura.

Entretanto, Ingerflom encara que o triunfo revolucionário do projeto bolchevique e o amplo apoio que as massas lhe deram em outubro de 1917 seria decorrente não de uma

consciência política derivada das contradições sociais engendradas pro tal atraso, mas do fato do “discurso bolchevique [ser] familiar [às massas] devido às suas referências a um outro lugar que não o da decisão autônoma da sociedade e às reivindicações econômicas, sociais e políticas, susceptíveis de conquistar a adesão” [6].

Assim, por mais que Ingerflom busque se distanciar da herança da escola totalitarista e contrapor a ela algumas contribuições mais sofisticadas, advindas da História Social, este acaba por ignorar justamente um dos principais pontos de convergência do “revisonismo” crítico à soviologia, isto é, o reconhecimento de uma ação autônoma e consciente das massas durante a revolução, baseado na percepção de suas necessidades objetivas. Frente a isso, é flagrante como que a experiência autogestionária dos conselhos e comitês organizados ao longo de 1917 praticamente não é mencionada, uma vez que iria contradizer tais afirmações.

Apesar de criticar os pressupostos totalitaristas em diversas passagens de sua introdução, Ingerflom não só produz uma versão modificada da tese da continuidade (igualmente baseada em uma linguagem determinista, recheada de termos como “naturalmente”, “intrínseco” e “inerente”), como reproduz alguns dos postulados básicos daquela, como na passagem a seguir:

[...] O Partido encontrou-se naturalmente numa posição de substituição em relação às classes sociais, incluindo o proletariado, que ele julgava representar. A sua actividade iniciou-se no ponto em que o czarismo deixou as coisas, aquando da sua queda, e retomou precisamente o ponto forte do czarismo, aquele que permitira a sua longa duração e o seu carácter despótico: a recusa da autonomia do social e do político em nome de uma ideologia. [7]

A partir dessa introdução ao capítulo por ele organizado, seguem artigos de outros pesquisadores que, em sua maioria, concordam com sua análise, principalmente aqueles que lidam direta ou indiretamente com a questão do “terror” – como Peter Holquist, que alega ser o Bolchevismo/Stalinismo uma *continuidade radicalizada do Czarismo*, ou Gábor Rittersporn, que encara o projeto Bolchevismo como intrinsecamente violento e sanguinário, devido ao seu meio cultural de origem [8].

Entre os autores que compartilham da revisão historiográfica empreendida por Ingerflom, destacamos ainda Bruno Groppo. Este também reduz o Bolchevismo a uma forma de autoritarismo puro e simples, supostamente derivado de uma herança que seria sobretudo cultural (fruto de uma “tradição de despotismo própria da Rússia”). Ademais, Groppo centra sua atenção no caráter “ilusório” da revolução, tal como Furet fizera em relação a 1789. Dessa forma, trata a Revolução de Outubro (no sentido de uma ruptura social radical) enquanto um “mito”, uma mera construção no âmbito das mentalidades e da propaganda política. Coerentemente, alega possuir preferência pela análise do “funcionamento dos imaginários políticos” – o que talvez explique seu distanciamento em relação à realidade factual [9].

Assim, ao traçar linhas de semelhança entre o regime soviético e o período czarista, os revisionistas neoliberais ignoram a diferença fundamental no que dizia respeito às *formas de propriedade* e às *relações de produção* vigentes sob cada um – algo que até hoje apenas marxistas buscaram fazer de forma sistemática, apesar das diferentes abordagens entre estes.

Acabam, portanto, por obscurecer diferenças fundamentais, no intuito de realçar semelhanças superficiais e descontextualizadas. Priorizando um viés “cultural”, que assume aqui a forma de um determinismo monocausal, os proponentes da nova tese (neoliberal) da continuidade buscam estabelecer *continuidades* e negar *rupturas* no processo de formação da União Soviética, reduzindo assim o real impacto as profundas transformações possibilitadas pela Revolução de Outubro. Encaram a Revolução Russa como uma transformação das “práticas políticas”, marcada pela “modernização das formas de intervenção do Estado”, ignorando seus aspectos enquanto uma genuína revolução social no que diz respeito ao conjunto das relações sociais (especialmente as de produção).

Seguem assim no caminho quase idêntica ao de Furet acerca de Revolução Francesa e, de forma mais geral, de todo o escopo do revisionismo neoliberal em relação a processos revolucionários e ao próprio paradigma da revolução social enquanto ruptura radical. Tal qual seus precedentes totalitaristas, homogeneizam processos extremamente diversificados, para dessa forma fortalecerem sua negação da revolução enquanto um paradigma historicamente válido e, conseqüentemente, da própria ruptura social radical enquanto acontecimento concreto e, claro, enquanto *alternativa política*.

A partir daí, seus membros tendem a encarar a experiência soviética como fadada ao fracasso, ao que adicionam o suposto peso condicionante das “tradições” autoritárias que permeariam a cultura russa e se faria especialmente presentes no programa e no modelo organizativo dos Bolcheviques. Essa posição é ainda alimentada pela tendência destes a ignorarem toda a multiplicidade de projetos presentes na década de 1920 (os grandes debates no seio do Bolchevismo), além dos primeiros anos da experiência soviética, radicalmente diferentes dos traços gerais que esta vai assumir de forma clara a partir da década de 1930.

Por detrás dessa condenação da experiência soviética reside a tomada da *democracia burguesa* enquanto parâmetro não explícito de regime político ideal – o que é um baluarte central do projeto neoliberal e do revisionismo que constitui seu braço historiográfico. O Governo Provisório, por exemplo, é constantemente apontado como exemplo de uma experiência promissora que teria sido equivocadamente abortada pela “sede de poder” dos Bolcheviques.

Assim, por mais valiosas que sejam a maior parte das contribuições do “revisionismo” crítico dos anos 1960-70, o retorno da *tese da continuidade* demonstra a necessidade de uma historiografia capaz de carregar no centro de suas análises uma firme rejeição dessa abordagem que busca atacar o paradigma da revolução social enquanto ruptura e alavanca de transformações históricas. Mais do que um resgate dos estudos dos historiadores sociais, se faz necessário, portanto, o estabelecimento de um pólo marxista no seio desse campo historiográfico, uma vez é através da abordagem histórica e dialética do marxismo que o paradigma da revolução se encontra melhor elaborado.

Para tal, faz-se urgente o resgate daquelas análises e modelos teóricos no seio do marxismo que se mostraram mais corretos ante os dados acumulados em todos esses anos de estudos arquivísticos, possibilitando assim o reencontro da teoria com as análises de fontes. Acreditamos que é nas contribuições intelectuais de Leon Trotsky, com suas análises acerca da União Soviética e do fenômeno stalinista (elaboradas em torno de conceitos como “reação termidoriana” e “Estado operário degenerado”), que tal

saída pode ser encontrada, levando em conta a especificidade de cada momento da Revolução Russa e demonstrando não existir uma continuidade fundamental entre Czarismo, Bolchevismo e Stalinismo. Este, entretanto, já constitui todo um outro debate a ser travado.

NOTAS

- [1] Cf. HOBBSBAWM, Eric. *Ecoss da Marselhesa* [1990]. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 112-113.
- [2] Cf. MELO, Demian de. “Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas”. *Marx e o Marxismo*, v. 1, n. 1, jul/dez de 2013, em especial p. 53.
- [3] Para este e os parágrafos anteriores, cf. FURET, François. *Pensar a revolução francesa*. Tradução de Rui Fernandes de Carvalho. Lisboa: Edições 70, 1983, em especial pp. 24-49.
- [4] Cf., p. ex., PUDAL, Bernard. “Da militância ao estudo do militantismo: a trajetória de um politólogo” [2008]. Entrevista concedida a K. Tomizaki. Tradução de Daniela Ferreira. *Pro-Posições*, Campinas, v. 20, n. 2 (59), maio/agosto 2009, p. 129-138.
- [5] Cf. INGERFLOM, Claudio. “Introdução”. In: Dreyfus, M., et al. *O Século dos Comunismos – Depois da Ideologia e da Propaganda, uma Visão Serena e Rigorosa* [2000]. Lisboa: Editorial Notícias, 2004., p. 133.
- [6] Para este e os parágrafos anteriores, cf. *Id., ibid.*, especialmente pp. 132-137.
- [7] *Id., ibid.*, p. 139.
- [8] Cf. HOLQUIST, Peter. “A questão da violência”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, pp. 143-144; e RITTERSPORN, Gábor. “O Partido”. In: Dreyfus, M., et al. *Op. cit.*, p. 172.
- [9] GROPPPO, Bruno. “O Comunismo na História do Século XX” [2007]. Tradução de Arlete Dialetachi. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, v. 0, n. 75, 2008, em especial pp. 115-125.